



Estudo Técnico Preliminar da Contratação/GEMAB-EPL/DPL-EPL-EPL

Brasília, 23 de fevereiro de 2022.

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR DA CONTRATAÇÃO**

		ÓRGÃO
Setor Requisitante (Unidade/Setor/Depto): GEMAB/DPL/EPL		
Responsável pela Demanda: Paula Durante Tagliari	Matrícula/SIAPE: 1848258	
E-mail: paula.tagliari@epl.gov.br	Telefone: (61)3426-3724	
CÓDIGO	SERVIÇO	
861 - Serviços Relativos à Agricultura, Caça, Reflorestamento e Pesca	15148 - Plantio de Árvore	

**1. OBJETIVO**

1.1. O presente documento tem como objetivo apresentar os principais elementos necessários à elaboração da contratação de serviços especializados que subsidiem a Empresa de Planejamento e Logística S.A - EPL a viabilizar a elaboração e execução do Projeto de Plantio Compensatório e recuperação de mata ciliar relativos ao licenciamento ambiental da BR-158/MT, atendendo aos procedimentos legais da Política Nacional de Meio Ambiente, instituída pela Lei nº 6.938/81, regulamentada pelo Decreto nº 99.274/90; pelas Resoluções nº 001/86 e nº 237/97, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA; e pela Portaria Interministerial nº 060/2015, ao IBAMA, bem como aos órgãos envolvidos no procedimento de licenciamento ambiental, para obtenção de Licença de Operação, da BR-158/MT, no Trecho Norte, da Divisa do MT/PA ao Entroncamento da MT-433, com 213,5 km e Trecho Sul, do entroncamento da MT-242(B)/322(A) até Ribeirão Cascalheira/MT, com 89,8 km, extensão total de 303,3 km.

1.2. Este Estudo Preliminar Técnico tem por base o Ofício nº 363/2020/GAB - SFPP/SFPP, do Ministério da Infraestrutura. Adicionalmente, o Estudo Preliminar visa atender as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, em especial da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, o Regulamento de Licitações da EPL e, sobretudo a Lei Federal nº 13.303/2016.

1.3. Conforme Art. 79 do Regulamento de Licitações da EPL caberá ao Agente/Comissão de Licitação conduzir a sessão pública, que poderá ser realizada pelos modos de disputa aberto ou fechado.

**2. BREVE HISTÓRICO**

2.1. O Programa de Concessões de Rodovias Federais teve início em 1993 e foi criado pela Portaria Ministerial nº 10/93. Com a promulgação da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, foi criada a Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, vinculada ao Ministério da Infraestrutura. Nesse contexto, o papel da regulação do setor de transportes terrestres, incluindo a regulação dos contratos das rodovias federais concedidas passou a ser exercido pela ANTT.

2.2. A Rodovia BR-158/MT está inserida no rol de empreendimentos prioritários do Governo Federal, conforme o disposto na 10ª Reunião do Conselho do PPI, por meio da Resolução nº 69, de 21/08/2019, convertida no Decreto nº 10.138, de 28/11/2019.

2.3. A qualificação da rodovia para Concessão ficou a cargo Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República (PPI), o qual incluiu no rol de Concessões Rodoviárias Federais os estudos necessários para Concessão do sistema rodoviário da BR-155/158/MT/PA, substanciado no trecho da BR-158, entre Ribeirão Cascalheira/MT (entroncamento com a BR-080) e Redenção/PA (entroncamento com a BR-155), e da BR-155, entre Redenção/PA (entroncamento com a BR-158) e Marabá/PA (entroncamento com a BR-222), com extensão de 1.135,1 quilômetros, considerando a variante que contorna a Terra Indígena Marãiwatsédé, mediante a Resolução CPPI nº 104/2019, de 19 de novembro de 2019, publicada em 07/01/2020, com estimativa para finalização dos Estudos para o primeiro semestre de 2021 e licitação para contratação da Concessão para o segundo semestre de 2022.

2.4. Em 22/05/2020, a presidência da EPL recebeu o Ofício nº 363/2020/GAB - SFPP/SFPP do Ministério da Infraestrutura, o qual solicita as providências para o prosseguimento do licenciamento ambiental relativo ao projeto da BR-158/155/MT/PA, contexto no qual se insere a elaboração e execução do Plantio Compensatório.

**3. DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

3.1. A contratação encontra-se no escopo do Termo de Referência e anexos, dos órgãos envolvidos no processo de licenciamento ambiental da BR 158/MT, à ser realizada pela EPL.

3.2. Destaca-se que a EPL possui ampla *expertise* nos Procedimentos de Licenciamento Ambiental Rodoviário, para fins de Concessão. Nesse ponto, desde 2013, a EPL vem promovendo a Gestão Ambiental junto aos órgãos licenciadores e intervenientes ao processo de licenciamento ambiental, visando à obtenção das licenças ambientais e autorizações, objetivando viabilizar ambientalmente os sistemas rodoviários para fins de Concessão. Dos 15 (quinze) Sistemas Rodoviários e 1 (um) Sistema Ferroviário que o Ministério da Infraestrutura solicitou à EPL para viabilizar ambientalmente, foram obtidas nove (9) Licenças Prévia (LPs) e cinco (5) Licenças de Instalação (LI), além disso 6 (seis) Estudos Ambientais estão em análise nos órgãos ambientais e 1 (um) Estudo Ambiental (Ferroviário) em fase de elaboração.

3.3. Assim, como princípio, definiu-se que a condução dos Procedimentos de Licenciamento para regularizar e viabilizar ambientalmente a BR-158/MT será realizada pela EPL, aproveitando-se a *expertise* da equipe técnica da Empresa.

3.4. A partir das discussões realizadas no âmbito da Gerência de Meio Ambiente, Diretoria de Planejamento e Presidência da EPL, com participação da Secretaria de Fomento, Planejamento e Parcerias (SFPP) do Ministério da Infraestrutura e DNIT, definiu-se o escopo de Trabalho para o licenciamento ambiental do Sistema BR-158/MT.

3.5. Durante a elaboração do escopo de Trabalho, definiu-se a necessidade de contratação de serviços externos que sirvam de subsídio a regularização ambiental a ser realizada pela EPL. A necessidade decorre de diversos fatores, podendo-se citar:

- I - pendências ambientais junto ao órgão licenciador e intervenientes ao processo de licenciamento ambiental;
- II - aproveitamento da *expertise* do mercado na prestação de serviços específicos;
- III - ganhos de escala na contratação;
- IV - melhor aproveitamento da equipe da GEMAB da EPL; e
- V - grau de especialização de determinados serviços.

3.6. Quanto ao **cronograma**, verifica-se a existência de diversas etapas internas e externas nos procedimentos de licenciamento ambiental que devem culminar com a realização do leilão do ativo. Nesse ponto, a contratação externa trará uma série de subsídios necessários à regularização ambiental do Sistema a ser Concessionado. Por exemplo, a elaboração e execução do Plantio Compensatório da BR 158/MT.

3.7. Ainda sobre o cronograma, é importante notar que os serviços externos a serem contratados demandam um montante considerável de atuação de profissionais *in loco* na BR-158/MT, não se pode olvidar que a execução do Plantio Compensatório, necessita primordialmente de exercício em campo. Nesse ponto, entendeu-se que a utilização exclusiva do corpo técnico da EPL poderia trazer riscos na execução dos trabalhos *in loco*, dada a amplitude do escopo.

3.8. No que tange a **expertise do mercado**, entendeu-se que a EPL não apresenta um quadro técnico suficiente para o atendimento ao grau de especialização necessário. Cita-se como exemplo a necessidade do envolvimento de profissionais específicos para região de Mato Grosso. Ou seja, além do grande volume de profissionais necessários para a execução do projeto, eles precisam estar atuando em campo, na área do projeto, no Estado de Mato Grosso. Tratam-se de serviços complexos oferecidos pelo mercado e que não demandam rearranjos internos de equipe, capacitação ou busca por profissionais específicos para o quadro da EPL. Adicionalmente, a experiência do mercado nessas áreas deve trazer ganhos técnicos aos Estudos Ambientais.

3.9. Outro ponto relevante é a possibilidade de **ganhos de escala** na contratação. Além dos requisitos técnicos dos serviços objeto da contratação, há de se atentar aos aspectos logísticos e operacionais dos trabalhos. Nesse ponto, grande parte dos serviços contratados demanda a realização de trabalhos de campo (*in loco*) e com uma quantidade significativa de mão-de-obra, bem como de reuniões em Brasília. Nesse ponto, aproveitar a estrutura de empresas com atuação local ou nacional podem trazer ganhos de produtividade para o projeto e reduzir os custos com deslocamentos, com possibilidade de utilização dos mesmos profissionais em mais de um serviço.

3.10. Deve-se, ainda, considerar a melhor utilização dos quadros da EPL especializado em licenciamento ambiental de sistemas rodoviários para fins de Concessão. Além do Plantio Compensatório da BR-158/MT, cabe destacar que a equipe também é responsável pela condução dos procedimentos de Licenciamento Ambiental junto aos órgãos envolvidos no licenciamento ambiental de Rodovias Federais e Ferrovia Federal quais sejam: IBAMA, FUNAI, Ministério da Saúde, IPHAN, Fundação Cultural Palmares, órgãos estaduais de meio ambiente, órgãos gestores de unidades de conservação, dentre outros em nível municipal, além de compor o Programa de Concessões de Rodovias Federais do Ministério da Infraestrutura. Assim, o deslocamento dos profissionais para atividades como, por exemplo, levantamento de dados primários, e a própria execução do Plantio, por longo período de tempo seria um risco para o referido Programa de Concessões Rodoviárias. Além disso, considera-se que a *expertise* dos profissionais será melhor empregada nas atividades de supervisão do trabalho dos contratados mediante reuniões de alinhamento, acompanhamento do cronograma de trabalhos e gestão do contrato de prestação de serviço firmado com a contratada.

3.11. Pelo exposto, atesta-se a necessidade da contratação em função do apertado cronograma, da expertise do mercado na prestação de serviços considerados complexos, pela melhor utilização do quadro funcional da EPL no desempenho de atividades de supervisão da contratada e nos ganhos de escala decorrentes da contratação. Ainda, alinha-se ao escopo dos serviços, trazendo economicidade, aumento da produtividade e redução dos riscos no cumprimento do cronograma preliminar acordado com o Poder Concedente.

#### 4. ALINHAMENTO COM OS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO DA EPL

4.1. Verifica-se que a contratação está alinhada com as ações previstas para o exercício de 2021 do Programa de Concessões de Rodovias Federais do Governo Federal, conforme Resolução CPPI nº 104/2019, de 19 de novembro de 2019, publicada em 07/01/2020 e o Ofício nº 363/2020/GAB - SFPP/SFPP do Ministério da Infraestrutura datado de 22/05/2020, o qual solicita as providências para o prosseguimento do licenciamento ambiental relativo ao projeto da BR-158/155/MT/PA.

4.2. Nesse contexto, conforme o Art. 6º da Resolução nº 1, de 13 de setembro de 2016, do Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República, “Quando o objeto do contrato o exigir, a licitação dos empreendimentos ficará condicionada, na forma da legislação aplicável, à atestação de sua viabilidade ambiental mediante a expedição da Licença Prévia – LP ou das diretrizes para o licenciamento ambiental”.

4.3. Assim, compete à Empresa de Planejamento e Logística – EPL, dentre outras atividades, “obter licença ambiental necessária aos empreendimentos na área de infraestrutura de transportes; desenvolver estudos de impacto social e socioambiental para os empreendimentos de transportes; e acompanhar a elaboração de projetos e estudos de viabilidade a serem realizados por agentes interessados e devidamente autorizados” – Artigo 12, incisos VIII, IX e X do Estatuto Social da Empresa de Planejamento e Logística S.A EPL, motivo pelo qual se justifica a presente contratação.

4.4. Registra-se que a presente demanda foi devidamente inserida no Sistema PGC, Item 252, Código do Item 809, PAC 2021, conforme atesta o Comprovante PAC 2021 (SEI 4629657).

4.5. A demanda guarda íntima relação com o Planejamento Estratégico da EPL, uma vez que a execução do objeto contratual vai de encontro com a MISSÃO de Planejar e Promover os transportes e a Logística do País, o Plantio Compensatório é requisito essencial para a obtenção da Licença de Operação da BR-158. Também a VISÃO de ser referência em planejamento (sustentável, nacional e integrado), e os VALORES que prezam pela sustentabilidade, se mostram perfeitamente alinhados com o objeto da contratação.

#### 5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. A definição dos requisitos técnicos da contratação dependem da complexidade dos serviços a serem prestados e da não-limitação a competição no certame licitatório. Assim, buscaram-se parâmetros objetivos para a qualificação técnica tanto dos coordenadores de cada equipe quanto da contratada.

##### 5.2. Qualificação técnica da Licitante

- 5.2.1. Na fase de habilitação, serão solicitados os documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal, na forma da lei, bem como atestados de capacitação técnica da empresa e de qualificação técnica profissional da equipe, conforme a seguir:
- 5.2.1.1. Certidão de registro ou inscrição da Empresa Licitante e dos respectivos profissionais detentores dos atestados exigidos, no item 11, deste Estudo Técnico, na Entidade Profissional competente, com validade na data de apresentação da proposta.
- 5.2.1.2. Atestados de Capacidade Técnica da Empresa.
- 5.2.1.3. Somente serão consideradas habilitadas para execução do objeto deste Estudo Técnico as licitantes que demonstrarem possuir conhecimento compatível, conforme documentação abaixo especificada.
- 5.2.1.4. A capacitação técnica da empresa será verificada mediante apresentação dos seguintes documentos:

TIPO DE ATESTADO		QUANTIDADE DE ATESTADOS EXIGIDOS
A	EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE RECOMPOSIÇÃO FLORESTAL, OU GESTÃO AMBIENTAL DE PROGRAMA DE FLORA, COM PLANTIO DE MUDAS NATIVAS E MANUTENÇÃO DE NO MÍNIMO 70.000 MUDAS, REFERENTES A EMPREENDIMENTOS LINEARES DE INFRAESTRUTURA.	01
B	ELABORAÇÃO DE PROJETO EXECUTIVO DE PLANTIO DE MUDAS NATIVAS COM GEORREFERENCIAMENTO/TOPOGRAFIA.	01

**Observação:**

- i) A fixação deste limite de atestado é pertinente para o exame da qualificação técnica do licitante, haja vista a natureza e a complexidade técnica do serviço de licenciamento ambiental para empreendimento desse porte. Essa qualificação é necessária para comprovar a experiência da empresa em licenciamento ambiental com um nível de complexidade mínima para a boa execução do objeto. O quantitativo mínimo de mudas requeridas (70.000) guarda pertinência com a quantidade necessária para a execução do objeto dessa contratação.
- ii) Para a comprovação da experiência será permitido o somatório de até 4 (quatro) atestados para o alcance da quantidade mínima.
- iii) As duas atividades descritas poderão constar de um único atestado técnico/certidão técnica.
- iv) As condições de habilitação operacional requeridas nesse estudo técnico não são restritivas, e se mostram necessárias a garantir comprovação mínima de experiência, no planejamento e execução do Projeto de Plantio Compensatório. As exigências contidas nesse instrumento, coadunam com as especificações do Acórdão 3356/2015 - Plenário e o Acórdão 134/2017 - Plenário, ambos do TCU.

- 5.2.1.5. Para elaboração do projeto e execução do plantio, a título de qualificação da empresa, deverão ser anexados atestado e/ou certidão comprovando a execução dos mesmos, quando couber, neles constando os contratos, nomes do contratado e do contratante, manifestação de aceite dos estudos, e discriminação dos serviços.
- 5.2.1.6. Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documento” em substituição aos documentos requeridos acima.
- 5.2.1.7. Todos os documentos apresentados ficarão anexados ao processo, sendo vedada sua retirada ou substituição.
- 5.2.1.8. A não apresentação de qualquer documento solicitado acima ou sua apresentação em desacordo com a forma e quantidades estipuladas, implicará na automática inabilitação da LICITANTE.
- 5.2.2. A Contratada deverá considerar em sua estrutura, para execução dos serviços, os seguintes aspectos:
- 5.2.2.1. Constituição de equipe multidisciplinar, responsável pela execução dos serviços, conforme especificado na equipe de referência;
- 5.2.2.2. A efetiva mobilização da equipe, veículos, equipamentos e instalações compatíveis com as planilhas orçamentárias;
- 5.2.2.3. Adotar critérios de sustentabilidade ambiental, conforme os sugeridos a ser definida no Termo de Referência;
- 5.2.2.4. Prover todos os meios necessários à execução dos serviços, em consonância com o estabelecido na sua Proposta de Preços;
- 5.2.2.5. A empresa deverá manter escritório, veículos, laboratórios e instalações em geral, em número e localização apropriados para o bom desenvolvimento dos serviços, levando em consideração ainda a legislação ambiental e trabalhista; e
- 5.2.2.6. A mobilização da equipe, veículos e instalações da empresa Contratada deverão ser compatíveis com o cronograma dos serviços, em consonância com as orientações e solicitações da EPL.

**5.3. Subcontratação**

- 5.3.1. Tendo em vista a multidisciplinaridade dos serviços em pauta, será permitido que a Contratada subcontrate empresas para atividades complementares e acessórias, desde que sejam de sua inteira responsabilidade todos os encargos sociais, trabalhistas e previdenciários inerentes à contratação, vedando-se a subcontratação das atividades de coordenação geral e coordenação dos estudos temáticos.
- 5.3.2. A Subcontratação somente poderá ocorrer mediante prévia autorização da EPL e não liberará a Contratada de quaisquer responsabilidades técnicas, legais ou contratuais, sendo que a Contratada responderá perante EPL pela parte que subcontratou.
- 5.3.3. A Contratada deverá apresentar à EPL documentação da Subcontratada, comprovando sua regularidade jurídica, fiscal e trabalhista, bem como sua qualificação técnica, conforme a habilitação constante do Edital deste certame, quanto à execução da parcela do serviço subcontratado.
- 5.3.4. Dessa forma, entende-se que a possibilidade de subcontratação parcial aumentaria o número de empresas interessadas, ampliando a competição e a possibilidade de arranjos empresariais, trazendo benefícios ao processo licitatório sem incorrer em riscos à qualidade dos trabalhos.

**5.4. Qualificação técnica dos coordenadores das equipes**

- 5.4.1. Os coordenadores que fazem parte da etapa de habilitação da empresa deverão obrigatoriamente participar da equipe de execução dos serviços objeto desta contratação, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que previamente comunicado e autorizado pela EPL.

- 5.4.2. Comprovação de vínculo com a Contratada, que poderá ser das seguintes formas e atendendo os seguintes requisitos:
- 5.4.2.1. Sócio: Contrato Social devidamente registrado no órgão competente;
- 5.4.2.2. Diretor: cópia do Contrato Social, em se tratando de firma individual ou limitada ou cópia da ata de eleição devidamente publicada na imprensa, em se tratando de sociedade anônima;
- 5.4.2.3. Empregado: cópia atualizada da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS ou Contrato de Trabalho em vigor;
- 5.4.2.4. Responsável Técnico: cópia da Certidão expedida pelo Conselho de Classe competente com a sua área de graduação, quando couber, da Sede ou Filial da Licitante onde consta o registro do profissional como RT, pertinente a função a ser exercida, ou a apresentação de um dos seguintes documentos:
- I - Ficha de registro do empregado – RE, devidamente registrada no Órgão competente; ou
  - II - Carteira de Trabalho e Previdência Social CTPS, em nome do profissional; ou
  - III - Contrato Social ou último aditivo se houver; ou
  - IV - Contrato de prestação de serviços sem vínculo empregatício.
  - V - Declaração de Contratação Futura do profissional, acompanhada da anuência do profissional a ser contratado.
  - VI - Profissional contratado: contrato de prestação de serviço.
- 5.4.3. Alterações da Equipe Técnica:
- 5.4.3.1. As alterações na composição da equipe técnica serão possíveis mediante prévia solicitação da Contratada e aprovação formal da EPL; ou ainda quando solicitado pela própria EPL em função da ineficiência ou necessidade da execução dos trabalhos.
- 5.4.3.2. Somente será aprovada a substituição de integrantes da equipe dos estudos por outros que, na forma deste Estudo Técnico, atendam a legislação vigente e o perfil e funções exigidos para cada cargo.
- 5.4.4. A Qualificação da equipe técnica deverá ser avaliada da seguinte forma:

FUNÇÃO	FORMAÇÃO	EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL
<b>COORDENADOR 1</b> <b>QUANTIDADE: 1 PROFISSIONAL</b>	NÍVEL SUPERIOR	COORDENAÇÃO NA ELABORAÇÃO DE PROJETO DE PLANTIO COMPENSATÓRIO E/OU COORDENAÇÃO DE GESTÃO AMBIENTAL DE PROGRAMA DE FLORA, E NA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE RECOMPOSIÇÃO FLORESTAL COM PLANTIO DE MUDAS NATIVAS E MANUTENÇÃO DE NO MÍNIMO 70.000 MUDAS. QUANTIDADE DE ATTESTADOS EXIGIDOS: 01
<b>PROFISSIONAL SÊNIOR</b> <b>QUANTIDADE: 1 PROFISSIONAL</b>	NÍVEL SUPERIOR	EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE RECOMPOSIÇÃO FLORESTAL COM PLANTIO DE MUDAS NATIVAS E MANUTENÇÃO DE NO MÍNIMO 70.000 MUDAS QUANTIDADE DE ATTESTADOS EXIGIDOS: 01

i) As condições de habilitação profissional requeridas nesse estudo técnico não são restritivas, e se mostram necessárias a garantir comprovação mínima de experiência do profissional coordenador, e do profissional sênior, no planejamento e execução do Projeto de Plantio Compensatório. As exigências contidas nesse instrumento, coadunam com as especificações do Acórdão 3356/2015 - Plenário e o Acórdão 134/2017 - Plenário, ambos do TCU.

- 5.4.5. Os documentos hábeis para comprovação da qualificação da equipe técnica são os seguintes:
- 5.4.5.1. Diploma de graduação requerido para a função, emitido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC e titulação de especializações ou pós-graduações na formação requerida, emitida por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC;
- 5.4.5.2. Registro no Conselho de Classe competente para sua área de graduação, quando couber; e
- 5.4.5.3. Declaração com o seguinte teor: “Declaro, sob as penas da lei, que executarei o objeto do Edital de RCE nº \_\_\_\_/2022-EPL, do Termo de Referência, do Cronograma, da Proposta da Empresa XXX e sem quaisquer incompatibilidades com outros projetos, em especial aqueles executados no âmbito da EPL”.
- 5.4.5.4. Attestados ou certidões indicando que o profissional esteja listado entre os nomes apresentados e emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado e devidamente certificados/averbados pelo Conselho Profissional competente, quando couber, neles constando os contratos, nomes do contratado, do contratante e discriminação dos serviços (conforme apresentado na habilitação);
- 5.4.5.5. Comprovação de vínculo com a Contratada, que poderá ser das seguintes formas e atendendo os seguintes requisitos:
- I - Sócio: Contrato Social devidamente registrado no órgão competente;
  - II - Diretor: cópia do Contrato Social, em se tratando de firma individual ou limitada ou cópia da ata de eleição devidamente publicada na imprensa, em se tratando de sociedade anônima;
  - III - Empregado: cópia atualizada da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS ou Contrato de Trabalho em vigor;
  - IV - Responsável Técnico: cópia da Certidão expedida pelo Conselho de Classe competente com a sua área de graduação, quando couber, da Sede ou Filial da Licitante onde consta o registro do profissional como RT, pertinente a função a ser exercida, ou a apresentação de um dos seguintes documentos:
    - a) Ficha de registro do empregado – RE, devidamente registrada no Órgão competente; ou
    - b) Carteira de Trabalho e Previdência Social CTPS, em nome do profissional; ou
    - c) Contrato Social ou último aditivo se houver; ou
    - d) Contrato de prestação de serviços sem vínculo empregatício.

e) Declaração de Contratação Futura do profissional, acompanhada da anuência do profissional a ser contratado.

V - Profissional contratado: contrato de prestação de serviço.

5.4.6. O tempo de experiência mínima exigido para os Coordenadores que fazem parte da qualificação da equipe técnica é proveniente da Tabela de Preços de Consultoria do DNIT (RESOLUÇÃO Nº 11, DE 21 DE AGOSTO DE 2020), constante da Nova “Tabela de Consultoria (ANEXO I – PREMISSAS e DIRETRIZES) de 2020”.

5.4.7. Os documentos hábeis para comprovação do tempo de experiência profissional da equipe técnica poderão ser certidão e/ou atestados, emitido pelo contratante principal dos serviços (órgão/ente público ou empresa privada), devendo ser juntado à documentação de modo a comprovar a experiência profissional em estudos para licenciamento ambiental.

5.4.8. Na fase de habilitação da equipe técnica, não será aceito o mesmo profissional concorrendo para dois cargos de Coordenação.

#### 5.5. Possibilidade de formação de consórcios

5.5.1. Considerando que a contratação abrange diversidade e multidisciplinaridade, será permitida a participação de consórcios para viabilizar um maior número de interessados no certame e a seleção das propostas mais vantajosas para a Administração Pública. Assim, devem-se definir regras editalícias que permitam a formação de consórcios, atendo-se, também, as regras necessárias à preservação da condição competitiva, como, por exemplo, a vedação a participação na licitação de qualquer pessoa jurídica em mais de um consórcio.

#### 5.6. Propriedade Intelectual

5.6.1. Deve-se consignar nas regras editalícias que se ceda a EPL e ao Poder Concedente os direitos autorais e patrimoniais relativos aos produtos resultantes da prestação dos serviços e a utilização dos produtos pela EPL e Poder Concedente.

### 6. PESQUISA DE MERCADO

6.1. Esta contratação se baseou apenas na Tabela de Preços de Consultoria do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT (RESOLUÇÃO Nº 11, DE 21 DE AGOSTO DE 2020, ATUALIZADA EM JULHO DE 2021) (ANEXO I – PREMISSAS e DIRETRIZES), em conformidade com as disposições do Art. 6º, do Decreto nº 7.983/2013 c/c o inc. III, do Art. 5º, da IN nº 73/2020-SEGES-ME.

#### 7. ORÇAMENTO E PREÇO REFERENCIAL, JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA.

7.1. Para elaboração do Orçamento foram levantadas, junto ao DNIT e IBAMA, todas as informações sobre os acordos e obrigações assumidas para elaboração e execução do Plantio Compensatório.

7.2. De posse do levantamento das informações, a equipe técnica da GEMAB fez uma avaliação das atividades de planejamento e execução necessárias para atendimento aos procedimentos do licenciamento ambiental para operação, junto ao IBAMA e órgãos intervenientes.

7.3. A conclusão do diagnóstico das demandas feitas pela equipe da GEMAB, indicou a necessidade da Elaboração e Execução de Projeto de Plantio Compensatório e recuperação de mata ciliar relativos ao licenciamento ambiental da BR-158/MT.

7.4. A extensão total do trecho para licenciamento de operação é de 303,3 km, e está fundamentado em exigência da legislação brasileira, notadamente na Política Nacional de Meio Ambiente, instituída pela Lei nº 6.938/81, regulamentada pelo Decreto nº 99.274/90; pelas Resoluções nº 001/86 e nº 237/97, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA; e pela Portaria Interministerial nº 060/2015, dos Ministérios do Meio Ambiente, da Justiça, da Cultura e da Saúde.

7.5. Conforme especificado anteriormente, a metodologia aplicada para estimar o valor desta contratação tomou como referência a “Tabela de Preços de Consultoria do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT (RESOLUÇÃO Nº 11, DE 21 DE AGOSTO DE 2020, ATUALIZADA EM JULHO DE 2021) (ANEXO I – PREMISSAS e DIRETRIZES)”.

7.6. A precificação considerou nos custos as atividades descritas no Termo de Referência, e definidas como Escopo Geral dos Trabalhos, detalhadas em etapas, conforme exposto no Termo de Referência (SEI 5259814).

#### 8. ESTIMATIVAS DE PREÇOS OU PREÇOS REFERENCIAIS

8.1. A metodologia aplicada para estimar o valor desta contratação tomou como referência a “Tabela de Preços de Consultoria do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT (RESOLUÇÃO Nº 11, DE 21 DE AGOSTO DE 2020, ATUALIZADA EM JULHO DE 2021) (ANEXO I – PREMISSAS e DIRETRIZES)”.

8.2. O custo da diária foi baseado em valores de diárias praticados pelo Governo Federal, conforme especificado no anexo I do Decreto 5.992 de 19/12/2006.

8.3. No orçamento de referência da EPL considera ainda todos os encargos especificados na “Tabela de Preços de Consultoria do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT (RESOLUÇÃO Nº 11, DE 21 DE AGOSTO DE 2020, ATUALIZADA EM JULHO DE 2021) (ANEXO I – PREMISSAS e DIRETRIZES)”.

8.4. O valor máximo da contratação para o objeto é o seguinte:

VALOR MÁXIMO	R\$15.178.214,31
--------------	------------------

#### 9. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

9.1. A solução de contratação dos produtos do escopo geral do trabalho está inserida no contexto dos estudos e programas que subsidiam a emissão das licenças ambientais. A elaboração e execução do Plano de Plantio Compensatório são condições essenciais à obtenção das licenças de operação do empreendimento.

#### 10. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO QUANDO NECESSÁRIA PARA INDIVIDUALIZAÇÃO DO OBJETO

10.1. O objeto a ser contratado é a elaboração e execução do Projeto de Plantio Compensatório e recuperação de mata ciliar relativos ao licenciamento ambiental da BR-158/MT.

10.2. Embora a elaboração e execução de Projetos, em sentido amplo, possa ser compreendida como etapas distintas e sequenciais de um Processo, no caso do Plantio Compensatório, a premissa não se mostra verdadeira, em razão da perda técnica, de escala e econômica.

10.3. Na prática, o Projeto e a execução se dão em um curtíssimo espaço de tempo, sendo feitos de forma contínua e progressiva, em pequenas áreas. A razão para a adoção desse rito se justifica, pois entre o planejar e o agir, podem interferir condições externas que modifiquem a eficiência do resultado esperado. Como exemplo, temos as atividades climáticas de uma dada região. Um planejamento em larga escala, para ulterior execução, se veria comprometido em razão de uma estiagem prolongada, ou de chuvas fora de época. Também as condições de adubação do solo, que se modificam tanto pela atividade humana, quanto climáticas, podem afetar o ganho de escala, com retrabalhos e perdas (pela morte das plantas).

10.4. Desta feita, a melhor técnica apregoa que a elaboração do Projeto em pequena escala de área de avanço (frentes contínuas e sucessivas), com a equipe de diagnóstico em campo, fazendo os levantamentos de dados atuais, aliada a execução imediata ou em curtíssimo prazo, traz uma taxa de sucesso bem superior às de um trabalho parcelado.

10.5. Esse ganho de eficiência técnica, que reduz a perda de indivíduos, culmina em um claro ganho econômico, eis que evita desperdícios, retrabalhos e a prorrogação de diárias ou atividades de campo, e ainda, promove um ganho de escala, na medida em que as áreas sujeitas ao Plantio, serão cobertas com a devida agilidade.

10.6. Neste sentido, esclarecemos que nossa análise aponta para o NÃO PARCELAMENTO do objeto.

#### 11. **DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS EM TERMOS DE ECONOMICIDADE E DE MELHOR APROVEITAMENTO DOS RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS OU FINANCEIROS DISPONÍVEIS**

11.1. Conforme amplamente discutido no presente Estudo Preliminar Técnico, pretende-se que a contratação traga a melhor alocação possível dos recursos humanos do quadro especializado no andamento tanto na elaboração e execução do Projeto de Plantio Compensatório, etapa do licenciamento ambiental da rodovia em questão, quanto nos demais que já se encontram em curso.

11.2. Quanto aos recursos financeiros disponíveis, importante notar que partes dos custos da contratação serão ressarcidas à EPL na ocasião da concessão, a ser pago pelo vencedor do certame. Assim, entende-se que existe uma receita atrelada a despesa incorrida no momento da presente contratação.

11.3. No que diz respeito aos recursos materiais, entende-se que a atuação local e nacional das empresas com *expertise* para a prestação dos serviços contratados tende a reduzir os custos com logística e na mobilização e desmobilização do pessoal a frente dos trabalhos, além dos riscos na execução dos trabalhos *in loco*, dada a amplitude do escopo.

11.4. Importante notar, também, que a estratégia da contratação encontra-se plenamente alinhada ao Plano de Trabalho acordado com a SFPP.

11.5. Além disso, importante consignar que a presente contratação encontra guarida no Plano Anual de Contratações do ano de 2021 da EPL, nos termos do item 4.4., do presente Estudo Técnico.

#### 12. **PROVIDÊNCIAS PARA ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE DO ÓRGÃO**

12.1. Não foram identificadas necessidades de adequação do ambiente do órgão.

#### 13. **CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES**

13.1. Foram identificadas contratações correlatas ou interdependentes vigentes para os Trechos Norte e Sul, do Contorno Leste da TI Marãiwatsédé, e a Execução do PAÍNDIO, os quais compõem processos distintos na EPL, Processo SEI 50840.101507/2020-18, Processo SEI 50840.101977/2020-81, e Processo 50840.101978/2020-26, respectivamente.

#### 14. **POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS**

14.1. A presente contratação tem por fundamento a elaboração de Projeto de Plantio Compensatório e recuperação de mata ciliar relativos ao licenciamento ambiental da BR-158/MT, atendendo aos procedimentos legais da Política Nacional de Meio Ambiente, instituída pela Lei nº 6.938/81, regulamentada pelo Decreto nº 99.274/90; pelas Resoluções nº 001/86 e nº 237/97, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA.

14.2. Os impactos ambientais mensuráveis da contratação proposta, são apenas impactos positivos, tendo por escopo a finalidade de executar a recuperação de mata ciliar degradada e promover o plantio compensatório de árvores.

#### 15. **DECLARAÇÃO DA VIABILIDADE OU NÃO DA CONTRATAÇÃO.**

15.1. Pelo exposto, a Equipe de Planejamento da Contratação atesta a viabilidade da contratação.

#### 16. **PRAZO DE VIGÊNCIA DO PRETENSO INSTRUMENTO CONTRATUAL**

16.1. A vigência do contrato será de 48 (quarenta e oito) meses, podendo ser prorrogado, nos termos de dispositivo a ser estabelecido no Termo de Referência da pretensa contratação.

#### 17. **NECESSIDADE DE SIGILO**

17.1. Não foi identificada a necessidade de classificar o Estudo Preliminar Técnico como sigiloso, nos termos da Lei nº 12.527/2011, devendo o presente Estudo ser anexado ao Termo de Referência.

(Assinado eletronicamente)

**CARLOS EDUARDO DE CASTRO**

MEMBRO DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

(Assinado eletronicamente)

**GUSTAVO BOTREL AMANCIO**

MEMBRO DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

*(Assinado eletronicamente)***GUSTAVO DE OLIVEIRA LOPES**

MEMBRO DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

*(Assinado eletronicamente)***LEONARDO SILVA RODRIGUES**

MEMBRO DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

De acordo. Submeto este Estudo Preliminar Técnico ao Sr. Diretor de Planejamento para aprovação.

*(Assinado eletronicamente)***CAROLINE MAIARA DE JESUS**

COORDENADORA DE MEIO AMBIENTE

*(Assinado eletronicamente)***PAULA DURANTE TAGLIARI**

GERENTE DE MEIO AMBIENTE

**APROVO o presente Estudo Preliminar Técnico** como proposto, por atender as disposições da Lei nº 13.303/2016, bem como do regulamento de licitações e de gestão e fiscalização da EPL. Encaminhe-se a Diretoria de Gestão para providências de sua alçada.

*(Assinado eletronicamente)***RAFAEL ANTONIO CREN BENINI**

Diretor de Planejamento



Documento assinado eletronicamente por **Gustavo Botrel Amancio, Assessor Técnico III**, em 24/02/2022, às 10:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



Documento assinado eletronicamente por **Paula Durante Tagliari, Gerente**, em 24/02/2022, às 10:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Eduardo de Castro, Assessor Técnico III**, em 24/02/2022, às 10:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



Documento assinado eletronicamente por **Gustavo de Oliveira Lopes, Assessor Técnico III**, em 24/02/2022, às 10:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



Documento assinado eletronicamente por **Leonardo Silva Rodrigues, Assessor Técnico III**, em 24/02/2022, às 10:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



Documento assinado eletronicamente por **Caroline Maiara de Jesus, Coordenador(a)**, em 24/02/2022, às 11:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.

Documento assinado eletronicamente por **Rafael Antonio Cren Benini, Diretor de Planejamento**, em 04/03/2022, às 09:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



Transportes.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.infraestrutura.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.infraestrutura.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **5259680** e o código CRC **2A4DE7C5**.



Referência: Processo nº 50840.101763/2021-96



SEI nº 5259680

Via W4 Sul, Lote C, Edifício Parque Cidade Corporate - Torre C 8º andar - Bairro Asa Sul  
Brasília/DF, CEP 70308-200  
Telefone: (61) 3426-3719 - [www.epl.gov.br](http://www.epl.gov.br)